

RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.082 - PR (2013/0358992-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : SERGIO LUIZ GUIMARÃES FARIAS - DF008540
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS LACERDA - MG080450
LEONARDO TOSTES DOS SANTOS - DF019481
RECORRIDO : REINALDO ALVES VIANNA - SUCESSÃO E OUTROS
ADVOGADOS : ARNALDO DE OLIVEIRA JÚNIOR E OUTRO(S) - PR013526
GIOVANNA MARTINEZ RÉ CAVALCANTI - PR044526

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Paraná, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. COISA JULGADA. JUROS REMUNERATÓRIOS 1. O fato de existir uma ação coletiva transitada em julgado não impede o ajuizamento de ações individuais com o mesmo objeto, não restando configurado o instituto da coisa julgada.

2. Os juros remuneratórios são devidos até o efetivo pagamento. Precedentes desta Corte. Todavia, mantida a sentença que determinou a condenação até o período em que a conta esteve ativa, diante da proibição da reformatio in pejus." (fl. 104)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 119/122).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 471, do Código de Processo Civil de 1973; 12 do Decreto-Lei n. 2.284/86; e 12 e 13 da Lei n. 8.177/91; e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que (a) os juros remuneratórios pleiteados pelo recorrente somente são devidos nos meses de junho/87 e janeiro/89, da forma como deferidos na sentença proferida na ação civil pública promovida pela APADECO; e (b) não incidem os índices previstos nas Súmulas n. 32 e 37 do Tribunal Regional Federal da 4a Região, para correção dos débitos oriundos da correção das cadernetas de poupança pelos expurgos inflacionários ocorridos em junho de 1987 e janeiro de 1989.

Apresentadas contrarrazões às fls. 150/171.

É o relatório.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Quanto à alegada violação dos arts. 12 do Decreto-Lei n. 2.284/86; e 12 e 13 da Lei n. 8.177/91, verifica-se que o conteúdo normativo dos dispositivos invocados no apelo nobre não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014)

O Tribunal *a quo* concluiu que o ajuizamento de ação autônoma para cobrança de juros remuneratórios relativos a período não abrangido pela condenação em ação civil pública não viola a coisa julgada, nos seguintes termos:

"O título judicial obtido nos autos nº 98.0016901-3 pela APADECO não englobou o juros remuneratórios sobre todo o período, mas tão somente às diferenças relativas aos meses de junho/1987 e janeiro/1989. Ademais, o fato de existir uma ação coletiva transitada em julgado não impede o ajuizamento de ações individuais com o mesmo objeto." (fl. 101, g.n.)

Sobre a questão, a jurisprudência desta Corte Superior se orienta no sentido de que a Ação Civil Pública nº 98.0016021-3, ajuizada pela APADECO objetivando o recebimento dos expurgos inflacionários, somente previu a incidência de juros remuneratórios nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989 em razão da ausência de pedido quanto aos demais períodos, razão pela qual é possível ao consumidor requerer, em ação individual autônoma, o pagamento dessa verba com relação aos períodos não abrangidos pela sentença coletiva, sem que haja ofensa à coisa julgada. Nesse sentido, colhem-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AJUIZAMENTO DE AÇÃO INDIVIDUAL PARA COBRANÇA DE JUROS REMUNERATÓRIOS, QUE NÃO FORAM OBJETO LITIGIOSO DA AÇÃO COLETIVA, PREVIAMENTE EXECUTADA PELOS AUTORES. POSSIBILIDADE. HAVENDO MÚLTIPLOS FATOS OU MÚLTIPLOS DANOS, NADA IMPEDE QUE SE RECONHEÇA, EM AÇÃO INDIVIDUAL, DANO AO CONSUMIDOR NÃO CONTEMPLADO NA DEMANDA COLETIVA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO PARA QUE A CORTE REGIONAL APRECIE TODAS AS MATÉRIAS VEICULADAS NA DEMANDA, INCLUSIVE NO TOCANTE AO CABIMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS VINDICADOS NA EXORDIAL.

1. Em face do escopo jurídico e social das ações coletivas na tutela dos direitos individuais homogêneos, busca-se reconhecer o evento factual gerador comum, do qual decorrem pretensões indenizatórias massificadas, a fim de facilitar a defesa do consumidor em juízo.

2. Com efeito, havendo múltiplos fatos ou múltiplos danos, nada impede que se reconheça, em ação individual, dano ao consumidor não contemplando no objeto da demanda coletiva - mesmo porque, ainda que pudesse ter havido a intervenção do consumidor, a título de litisconsorte do autor legitimado, não poderia vindicar a ampliação do objeto litigioso da ação coletiva.

3. "A Segunda Seção desta Corte consagrou o entendimento de que os juros remuneratórios pedidos na inicial da ação civil pública movida pela APADECO (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor) contra a CEF (Caixa Econômica Federal) e estipulados na sentença transitada em julgado incidem apenas nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, quando ocorreu remuneração a menor das cadernetas de poupança, motivo pelo qual, é possível ao consumidor requerer, em ação individual autônoma, o pagamento dessa verba, sem que

se possa falar em ofensa à coisa julgada". (AgRg no REsp 1309253/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 14/02/2013)

4. Recurso especial provido."

(REsp 1173478/PR, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 16/06/2015)

"AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO DE COBRANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL PARA AFASTAR A OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA. IRRESIGNAÇÃO DA CASA BANCÁRIA.

1. A falta do prequestionamento explícito de dispositivos legais não prejudica o exame do recurso especial, uma vez que a jurisprudência desta Corte é uníssona em admitir o prequestionamento implícito.

Precedentes.

2. A Segunda Seção desta Corte consagrou o entendimento de que os juros remuneratórios pedidos na inicial da ação civil pública movida pela APADECO (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor) contra a CEF (Caixa Econômica Federal) e estipulados na sentença transitada em julgado incidem apenas nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, quando ocorreu remuneração a menor das cadernetas de poupança, motivo pelo qual, é possível ao consumidor requerer, em ação individual autônoma, o pagamento dessa verba, sem que se possa falar em ofensa à coisa julgada.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1309253/PR, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 14/02/2013, g.n.)

Nesse contexto, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência do STJ, incide o óbice da Súmula 83/STJ, aplicável a ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator